



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Ata n.º 08/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE,
REALIZADA EM 15.04.2015

LOCAL:

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende.

CONSTITUIÇÃO DO EXECUTIVO:

PRESIDENTE:

Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);

VEREADORES:

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende);

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (coligação PSD/CDS Por Resende);

Albano António Alves dos Santos (PS);

Anabela Ribeiro de Oliveira (coligação PSD/CDS Por Resende);

Maria José Rodrigues Dias (PS);

SECRETARIADO: Chefe da Divisão Administrativa e de Gestão Territorial, António Manuel de Almeida Pinto.

HORA DE ABERTURA:

Eram 10h30 quando o senhor Presidente da Câmara deu início à reunião.

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO;

Não se verificaram quaisquer intervenções;

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR;

O senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.

Seguidamente, foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação (na parte em que não tinha sido previamente aprovada em minuta), tendo sido aprovada por maioria (abstenção dos senhores Vereadores do PS Sandra Manuela Rodrigues Pinto e Albano António Alves dos Santos, por não terem estado presentes na reunião anterior).

B.2. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA;

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº67, datado de 09 de abril de



CÂMARA MUNICIPAL

2015, cuja dotação orçamental é de 195.592,73€ e dotação não orçamental é de 355.227,60€.-----

B.3. COMPETÊNCIA DELEGADA;-----

Não houve.-----

B.4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO;-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”;-----

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do executivo.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE – FEIRA SOLIDÁRIA – PEDIDO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de cedência de barraquinhas, bem como o seu transporte, no âmbito da realização da II Feira de Produtos Agrícolas, a realizar a 20 de abril do corrente ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.3. PARÓQUIA DE RESENDE – PEDIDO DE TRANSPORTE;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, um pedido de transporte, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas, para o Grupo Coral da Paróquia de Resende, para o dia 30 de março do corrente ano, no âmbito da participação no Encontro Diocesano de Grupos Corais, em Lamego.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, ratificar.**-----

C.4. UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANREADE E SÃO ROMÃO – PEDIDO DE PODA DE ÁRVORES;

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de colaboração para a poda de árvores em São Romão, junto ao Posto de Atendimento.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----



C.5. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – MARIA CARMINDA DA SILVA RABAÇA ALMEIDA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de Maria Carminda da Silva Rabaça Almeida a solicitar o pagamento da dívida de água no valor de 128,31€ em 5 prestações mensais, iguais e sucessivas.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.6. UNIÃO DE FREGUESIAS DE OVADAS E PANCHORRA – FEIRA DO RODO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido a solicitar a cedência de dois assadores, bem como a dispensa de dois funcionários, para a Feira do Rodo, que se realiza a 3 de maio do corrente ano.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.7. PROJETO DE REGULAMENTO DO SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, o projeto de Regulamento do Sistema de Indústria Responsável (SIR), após ter decorrido o período de consulta pública, durante o qual não foi apresentada qualquer sugestão.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

C.8. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE ARÊGOS, E.M., S.A. – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e delegação no representante do Município na Assembleia Geral da empresa o voto de aprovação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Disse que a sua bancada iria votar contra o documento tal como tem acontecido anteriormente, se não fosse por outra razão, o resultado líquido negativo de 107.651,70€, todo o modelo e toda a estrutura e a forma como o Município adquiriu o equipamento, no seguimento aliás da opinião que já expressou sobre o assunto.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada da coligação PSD/CDS Por Resende), aprovar.**-----



C.9. ARS NORTE – MUNICÍPIO DE RESENDE – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, o Protocolo de Cooperação entre o Município de Resende e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este assunto já expressamos a nossa opinião e independentemente deste valor que é agora assumido pelo Município, continuamos a afirmar aquilo que afirmamos até ao momento, mas também não deixa de ser relevante que a ARS Norte, contrariamente ao que tem acontecido com outros Municípios e não faço a mínima ideia do porquê, entendeu também que havia aqui forma de colaboração com o Município e é preferível assumir também algum custo financeiro desde que com isso os utentes do Centro de Saúde não sejam prejudicados pelo seu encerramento. O que é facto é que encerrou de 2ª a 6ª feira no período das 00h00 às 08h00 mas também agora reabriu e isso é que é o fundamental e tenho a certeza absoluta que os sete eleitos que aqui estão encontram-se satisfeitos com isso.”-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, ratificar.**-----

C.10. PAGAMENTO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – ALEXANDRA MARIA FERREIRA PINTO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido de Alexandra Maria Ferreira Pinto a solicitar o pagamento da dívida de água no valor de 118,22€ em prestações de 15€.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.11. JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO CIPRIANO – PEDIDO DO CENTRO CULTURAL DE SÃO CIPRIANO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, um pedido da Junta de Freguesia de São Cipriano a solicitar a cedência do Centro Cultural São Cipriano para a realização de um concerto musical “Recordar Abril”, a decorrer a 01 de maio do corrente ano..-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

C.12. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas do exercício económico de 2014.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:-----



“O ano de 2014 continuou a ser fortemente marcado pelo cenário de crise económica e financeira que o país atravessa e pela intensificação do ataque ao Poder Local por parte da Administração Central, à sua autonomia com evidentes efeitos nefastos na atividade municipal e na vida dos resendenses. Apesar das diversas iniciativas que o executivo municipal promoveu, em 2014, o concelho de Resende sentiu, como nunca, os efeitos de uma política desenvolvida pelo Governo que de forma inoportuna, inadequada e injusta ditou o encerramento do Tribunal e o SAP noturno do Centro de Saúde. Lutamos e continuaremos a lutar contra as injustiças que o Governo tem vindo a concretizar e que prejudicam a sustentabilidade do concelho e da sua população. As constantes iniciativas por parte do Governo que visam a criação de dificuldades ao desenvolvimento do concelho e agravam as desigualdades territoriais e sociais, merecerão sempre da nossa parte um combate forte e determinado em defesa dos interesses do concelho e dos resendenses. Importa também registar que contrariamente ao previsto, em 2014, ainda não se verificou o arranque efetivo do novo Quadro Estratégico Comum, condicionando a efetivação de investimentos municipais, uma vez que este quadro se constituiu como o principal instrumento de financiamento. No decurso de 2014 aproveitamos algumas oportunidades que o QREN ainda em execução proporcionou, obtendo financiamento para a concretização do projeto do Campo de Futebol de 7 com relvado sintético que se encontra em execução na Granja, junto às Piscinas. Também promovemos a candidatura em regime de Over Booking do projeto de Requalificação Ambiental do Bernardo tendo conseguido a aprovação do financiamento que irá ser assinada na próxima sexta feira. Procuramos em 2014 desenvolver as necessárias iniciativas no sentido de assegurar os instrumentos adequados à gestão financeira do Município, salvaguardando sempre o equilíbrio das contas municipais e, como os documentos de prestação de contas evidenciam, apesar dos sucessivos cortes nas transferências infringidas pelo Governo regista-se, como tem acontecido nos últimos anos, uma diminuição do nível de endividamento do Município demonstrando uma trajetória de consolidação e verificando-se o cumprimento dos níveis de endividamento consubstanciados nas normas legais aplicáveis. O Município cumpriu o limite da dívida total estabelecida na nova lei das finanças locais e apresenta uma margem absoluta de endividamento de cerca de 4,1 milhões de euros. O Município cumpre o equilíbrio orçamental estabelecido na nova lei das finanças locais e apresenta uma margem de 51%. Regista-se a redução do endividamento do curto, médio e longo prazos. Em relação ao ano anterior a redução do endividamento líquido total é de 1,5 milhões de euros. Os indicadores orçamentais e financeiros do Município demonstram uma situação financeira equilibrada. As contas do Município são auditadas por entidades externas como: revisor oficial de contas, DGAL em permanência e com a regularidade que a lei estabelece pelo Tribunal de Contas e IGF e ainda pela CCDR-N.”-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este assunto e a este documento em relação ao qual nós votaremos contra gostaríamos de expressar o seguinte: Não é o “primeiro ano da nossa gestão” como é dito pelo senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara foi Vice-Presidente da Câmara



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Municipal durante quatro anos para não falar dos quatro anos em que foi Presidente da Assembleia Municipal, mas foi Vice-Presidente da Câmara Municipal durante quatro anos e entendemos uma Vice-Presidência como alguém que esta absolutamente comprometido com toda a gestão e por isso a nosso ver não é “o primeiro ano da nossa gestão” mas sim o quinto ano em que o atual Presidente da Câmara está na gestão da Câmara. Relativamente ao ataque ao Poder Local nós não podemos deixar de sublinhar as palavras do Presidente no que diz respeito ao tribunal. É absolutamente inevitável, não há qualquer margem para dúvida da imensa injustiça que se causou a este concelho com o encerramento do tribunal. Mas também não podemos deixar de dizer que nós não podemos sempre atirar para razões externas o sucesso ou o nosso insucesso da nossa gestão. Há razões internas que de facto, a nosso ver, exigem trabalho de casa que não é feito no que diz respeito à atual gestão da Câmara Municipal e esse sim é que é dado preocupante. Relativamente a fundos comunitários, falamos do Portugal 2020, de facto ainda não há execução mas o QREN arrancou muito pior se bem se recordam e relativamente a comparação entre Portugal e ao QREN parece-nos que para além de estar construído e de uma forma muito mais equilibrada este novo Quadro Comunitário não se pode dizer que um está bem e outro está mal, bem pelo contrário, muito menos quando depois fazemos referência quer ao complexo desportivo da Granja quer ao Caís do Bernardo dizendo que ainda conseguimos alguma coisa na QREN, e bem, por isso relativamente a fundos comunitários temos de ter cuidado com aquilo que dizemos porque não podemos falar do desconhecimento do arranque anterior quadro comunitário e que este esta a começar mal. Relativamente a transferências do Orçamento de Estado e é dito pelo senhor Presidente que têm existido cortes por parte deste Governo no que se refere a transferências do Orçamento de Estado, que não é o que nós verificamos no documento que nós é enviado, porque em 2010 de transferências do Orçamento de Estado temos aqui o valor de 4.961.000€, valor arredondado, sendo que 2010 que era uma gestão distinta, mas vamos por exemplo a 2013 e a 2014 e o valor das transferências são de 5,676.000€ e 2014, ano que findou, são de 7.968.000€, ou seja não corresponde a realidade, não corresponde a verdade. Nos últimos anos têm existido por parte das transferências do Orçamento de Estado aumentos e não cortes. Relativamente à dívida e à consolidação da dívida do Município, nós temos memória e recordamos de tudo aquilo que o senhor Presidente disse sobre a Lei dos Compromissos, por exemplo, e da Lei das Finanças Locais e agora concluímos que o senhor Presidente acabou de dizer que o Município tem hoje uma melhor situação financeira por via, quer da Lei dos Compromissos quer por via da Lei das Finanças Locais, ou seja, benditas e abençoadas Leis, quer uma quer outra, que permitiram ao concelho, e nas palavras do senhor Presidente, ter hoje uma situação financeira equilibrada. E se hoje temos uma situação financeira equilibrada e a evolução do passivo total que tem baixado, conforme disse, mas isto quer dizer que em 2010 a situação do passivo da Câmara é muito pior. Esta evolução que nos permite hoje, nas suas palavras, chegar a uma situação financeira equilibrada, anteriormente ou estava comprometido com a gestão do anterior mandato de 2009 a 2013 ou não estava, mesmo sendo Vice-Presidente, porque se aqui a um rosto que se possa atribuir em termos de liderança para que essa situação não existe-se, nós até



concordamos e sempre o afirmamos, mas é necessário que mais cedo ou mais tarde, alguém tenha a coragem de dizer que a situação anterior era pior que a situação atual, em termos de finanças da autarquia, e essa situação e liderança tem um rosto que se chama António Manuel Leitão Borges, e é necessário que alguém o diga por uma questão de justiça. E é aquilo que temos para dizer com todo o respeito democrático, com toda a consideração, educação e respeito pelas quatro pessoas que estão aqui do nosso lado direito e nós somos três, os resendenses se atribuíram os quatro mandatos aí e três aqui é porque entenderam que eram os senhores que deviam governar a Câmara, mas nós também não podemos deixar de cumprir com o nosso papel e de responder também aos anseios das pessoas que nós atribuíram o nosso mandato de uma forma elevada e com respeito, fazer esta referência e dizer que votaremos contra o documento.".....

Presidente da Câmara – Disse que na intervenção do senhor Jaime Alves este poderia também ter mencionado, não só os mandatos como Vice-Presidente, mas também os seus mandatos de Presidente da Assembleia Municipal e de Vereador da oposição podendo assim dizer que já desempenhava funções na Câmara Municipal há cerca de dezasseis anos e que seria ele o responsável por tudo o que aconteceu na Câmara. Referiu que estas alegações apenas eram proferidas pelo simples facto dos senhores Vereadores da coligação PSD/CDS Por Resende não reconhecerem o sucesso da conduta financeira do Município no ano de 2014, referindo que os documentos em aprovação dizem respeito às contas do ano de 2014 e não a anos anteriores. Lamentou o facto de se ter deixado no ar que a gestão no mandato anterior, no qual o Presidente da Câmara era o Engenheiro António Borges, fosse uma gestão negativa, considerando tal afirmação absurda e bastante injusta, referindo ter sido o anterior Presidente da Câmara a colocar Resende no caminho do progresso e da sua sustentabilidade no futuro, referindo que tal afirmação apenas era proferida com o intuito de ofuscar o sucesso da gestão financeira verificada no decorrer do ano de 2014 e do atual executivo, lembrando que a Lei dos Compromissos, em vigor, causou e continua a causar muitas dificuldades no que diz respeito ao aproveitamento de eventuais investimentos que possam vir a surgir no decurso do presente mandato. Disse que a referência ao Quadro Estratégico Comum foi para o ano de 2014 e que este efetivamente ainda não se tinha iniciado esclarecendo que o Over Booking foi uma oportunidade do QREN e que o atual executivo conseguiu a aprovação do financiamento das candidaturas apresentadas. Disse também que na intervenção do senhor Vereador Jaime Alves, relativamente ao aumento de transferências de verbas, este não fez referência ao facto que desde o ano de 2010 o Município de Resende deixou de receber cerca de 3.000,000€. Por último referiu não entender as razões do voto contra da coligação PSD/CDS Por Resende, uma vez que estas não foram apresentadas e que na intervenção proferida este não só não apresentou as razões como apenas tentou justificar o voto contra com razões relacionadas com os mandatos anteriores, lembrando mais uma vez que as contas apresentadas eram correspondentes ao ano de 2014.....

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Esclareceu que na sua intervenção apenas fez referência ao quinto ano por entender que no mandato como Vice-Presidente também teve a sua responsabilidade na gestão do Município e que relativamente ao anterior



CÂMARA MUNICIPAL

Presidente de Câmara, Eng. António Borges, não colocou em causa a legitimidade democrática e que apenas fez a comparação da evolução financeira do Município referindo que se tal evolução teve melhorias por via da Lei dos Compromissos e da Lei das Finanças Locais a anterior gestão não seria tão boa e que relativamente ao proferido pelo senhor Presidente da Câmara aquando refere que o anterior executivo pôs Resende no caminho do progresso, referiu que esse progresso também teve o seu custo. Por último disse que a coligação PSD/CDS Por Resende nunca pôs em causa a escolha dos resendenses nas últimas eleições autárquicas.-----

Presidente da Câmara – Referiu, mais uma vez, que tal afirmação era injusta e que daria a ideia que teria sido o Eng. António Borges o grande causador da dívida da Câmara, dizendo que já anteriormente o Eng. António Borges tinha recebido dívida transitada do mandato do Dr. Albino Brito de Matos. Por último disse novamente que o que estava em aprovação eram as contas de 2014 e não as de mandatos anteriores e que não se deveria estar a atribuir culpas a mandatos e executivos anteriores.-----

Jaime António Bernardino Alves (coligação PSD/CDS Por Resende) – Questionou o senhor Presidente da Câmara se o valor de 12 milhões constantes no quadro na página 490 do documento e referente ao ano de 2010 seria dívida herdada dos mandatos do Dr. Albino Brito de Matos.-----

Presidente da Câmara – Respondeu nunca ter mencionado que tal valor teria sido herdado dos mandatos do Dr. Albino Brito de Matos, mas sim que no início do mandato do Eng. António Borges este herdou dívida do mandato do Dr. Albino Brito de Matos sem nunca ter referido qualquer valor e que o quadro ao qual fez referência apenas serve para demonstrar que a dívida diminuiu. Disse que relativamente à dívida dos mandatos do Eng. António Borges esta foi realizada por via dos investimentos realizados e no progresso do concelho. Por último referiu que o atual executivo teve de realizar um grande esforço para que a situação financeira se mantivesse equilibrada e que a coligação PSD/CDS Por Resende apenas estaria a tentar atribuir esse esforço à Lei dos Compromissos e das Finanças Locais, não só não valorizando o esforço tido pelo atual executivo como ainda não tinha apresentado qualquer motivo válido para a votação contra, pedindo que este assunto fosse tratado de uma maneira séria e responsável.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada da coligação PSD/CDS Por Resende), aprovar e remeter à Assembleia Municipal.**-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por encerrada a reunião, eram 11h15.-----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental lportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Câmara Municipal, subpasta Ano 2015.-----



Município de
Resende

CÂMARA MUNICIPAL

Dr. M. Garcez Trindade
Presidente da Câmara Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DAGT